



**e-cadernos ces**

25 | 2016

**Vítimas, Estado e processos institucionais: uma visão multidisciplinar**

---

## Introdução

**José Manuel Mendes, Pedro Araújo e Ângela Maia**

---



**Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Edição electrónica**

URL: <http://eces.revues.org/2016>

ISSN: 1647-0737

**Refêrencia eletrónica**

José Manuel Mendes, Pedro Araújo e Ângela Maia, « Introdução », *e-cadernos ces* [Online], 25 | 2016, colocado online no dia 15 Junho 2016, consultado a 02 Fevereiro 2017. URL : <http://eces.revues.org/2016>

---



# Introdução

Este número temático parte da questão central de saber que alterações sociais ocorreram para que os discursos sobre as vítimas e os dispositivos de apoio às vítimas se tornassem formas legitimadas de acesso ao espaço público e de reclamação de direitos. Questão que, abordando a face visível de um fenómeno em expansão, implica igualmente a abordagem do modo como as pessoas que, inseridas em comunidades de trauma, se situam fora dos dispositivos de apoio convencionais, gerem a sua condição de vítimas e reclamam os seus direitos.

O processo complexo de reivindicação de direitos e de acesso ao espaço público situa-se na análise da tensão das relações entre comunidades de trauma (o conjunto das pessoas afetadas por um determinado acontecimento ou uma determinada experiência traumática), vítimas atomizadas (pessoas que não participam em associações de apoio às vítimas) e vítimas organizadas (pessoas que participam em associações de apoio resultantes de um acontecimento particular ou da organização de experiências traumáticas partilhadas). Mais concretamente, na tensão entre vivência individual da condição de vítima e vivência colectiva do estatuto de vítima.

A premissa de partida é a de que a compreensão das razões que subjazem à participação nas formas de associação convencionais, daquilo que as torna sociologicamente possíveis e individualmente necessárias, é tão importante quanto o seu reverso, ou seja, as razões que subjazem à possibilidade de recorrer a formas alternativas de gestão do trauma existentes nas comunidades. Para além dos discursos e dos dispositivos construídos e propostos pelas associações de vítimas e consolidados numa particular “ética da vítima”, que outras lógicas de subjetivação emergem e quais os seus pressupostos materiais, simbólicos e políticos?

Tal implica que se proceda a uma análise crítica dos conceitos de vítima e de trauma, bem como da sua progressiva institucionalização num paradigma do trauma. Propõe-se uma abordagem do trauma que, para além das perspetivas culturalistas, se fixe na interseção entre discursos, dispositivos, materialidades e

formas de subjetivação em torno do paradigma da vitimação e nas suas formas de consagração e legitimação.

As diferentes temporalidades e as lógicas de relação entre comunidades de trauma e associações de apoio são marcadas por processos de negociação de enquadramento dos acontecimentos e de legitimação de determinados discursos, práticas e interlocutores, desempenhando o Estado e as agências internacionais nesse particular um papel fundamental, na medida em que tomam por interlocutor privilegiado as vítimas e os seus representantes que veiculam a ética normalizada de vítima.

Este número da *e-cadernos CES* resulta diretamente dos trabalhos realizados no âmbito do projeto de investigação “TRAUMA – Vítimas, trauma e processos institucionais: para além de uma ética da vítima”.<sup>1</sup> Ao longo dos seis artigos, a que se soma um conjunto de testemunhos de representantes de associações de vítimas na secção @cetera, se propõe uma reflexão crítica e multidisciplinar sobre o estatuto de vítima, sobre o papel das associações de vítimas e sobre a construção simbólica e política do conceito de trauma.

No primeiro artigo, intitulado “Risco, catástrofes e a questão das vítimas”, José Manuel Mendes e Pedro Araújo começam por propor uma sociologia com desastres que incorpore as questões do risco e da precaução enquanto reveladores dos processos sociais de produção de cidadania. Os autores procedem, de seguida, a uma abordagem da sociologia do trauma e das vítimas que assenta no pressuposto de que o essencial é analisar o papel das vítimas, das suas comunidades e associações, na construção de contra-narrativas, como moduladoras de sentimentos politicamente significativos. Como fio condutor das diferentes propostas apresentadas é feita uma breve descrição e discussão do acidente na fábrica AZF da empresa TOTAL em Toulouse, França, ocorrido em setembro de 2001, e dos subsequentes processos judiciais e da constituição das associações de vítimas.

Kirsten Campbell no seu artigo “Testemunhar o trauma: das formas legais às formas transformadoras no testemunho sobre a violência sexual em tempo de guerra na ex-Jugoslávia” centra-se no tema da violência sexual em situações de conflito, de modo a compreender as formas narrativas que podem assumir os testemunhos de trauma. São analisadas três formas testemunhais: a primeira prende-se com as vítimas-testemunhas; a segunda consiste no testemunho coletivo;

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto TRAUMA – Vítimas, trauma e processos institucionais: para além de uma ética da vítima (PTDC/CS-SOC/111366/2009 - FCOMP-01-0124-FEDER-014471) e do Projeto Estratégico CES-SOC/50012.

a terceira, portadora de um potencial emancipador, reporta-se ao testemunho transformador. As duas primeiras formas testemunhais são mais comuns na esfera do direito penal internacional. O testemunho transformador, abordado neste artigo a partir do caso da ex-Jugoslávia, está mais presente em fóruns legais alternativos. Este tipo de testemunho emergiu a partir de uma abordagem feminista da justiça, argumentando Campbell que o testemunho transformador proporciona à vítima-testemunha uma nova posição atuante e a construção de uma comunidade feminista de testemunho e julgamento.

O artigo de Wulf Kansteiner e Harald Weilnböck, “Análise contra o conceito de trauma cultural – Ou como aprendi a amar o sofrimento dos outros sem ajuda da psicoterapia”, assume um tom polêmico a partir da crítica de quatro autores que se debruçam sobre o tema do trauma, a saber: Cathy Caruth, Manfred Weinberg, Jenny Edkins e Ron Eyerman. O argumento principal de Kansteiner e Weilnböck é que estes autores se atêm a uma concepção desconstrutivista do trauma, na sequência de uma institucionalização do pensamento pós-moderno, não atendendo às questões teóricas e empíricas sobre as formas pelas quais os seres humanos, individual e coletivamente, vivenciam o trauma e respondem às experiências traumáticas dos outros.

Optando nós como organizadores do número por publicar o artigo de Kansteiner e Weilnböck na sua versão original, oferece-se-nos avançar com algumas matizações dos argumentos apresentados por estes autores. Com efeito, existem outras correntes nas ciências sociais e humanas que abordam a questão do trauma a partir de posições menos radicais e desconstrutivistas, mobilizando, por exemplo, a importância das narrativas do trauma (entre outros, podemos citar James Berger, Laurie Vickroy, Kalí Tal e Roger Lockhurst). Outro aspeto a ter em conta é que a maioria dos autores que tratam os temas relacionados com o trauma não afirmam que os membros de uma comunidade afetada por um trauma cultural sejam portadores de sintomas traumáticos ou que esses sejam criados pelos média. Normalmente, o que se afirma é que os média, bem como a literatura e todas as formas de narrativa, são usados para consciencializar e visibilizar traumas coletivos muitas vezes silenciados que ocorreram no passado e que, por se tornarem a base de identidades coletivas para uma dada comunidade, podem assumir a dinâmica de traumas culturais.

No texto da autoria de Ângela Maia, Sandra Sendas, Rafaela Lopes e José Manuel Mendes, subordinado ao tema “A eficácia das estratégias de *coping* após um evento traumático: uma revisão sistemática”, procede-se a um levantamento sistemático dos resultados existentes sobre as estratégias de lidar com eventos

traumáticos, ou *coping*, e respetiva eficácia. O objetivo é identificar os fatores preditores de resiliência após a exposição a eventos traumáticos. A primeira constatação é a inexistência de literatura sobre a relação entre *coping* social e ajustamento psicológico. Por outro lado, conclui-se que as estratégias de *coping* podem ser objeto de intervenção e de educação, assumindo, assim, uma importância crucial para o trabalho e a ajuda psicológica com pessoas e comunidades afetadas pelo trauma que resulte de acontecimentos extremos ou situações de crise ou emergência.

Lia Zóttola, no seu artigo “Violencia autorizada: formas y disfraces”, interroga-se sobre as formas quotidianas de violência, uma violência muitas vezes legitimada e consentida. A partir da psicologia sociocomunitária, a autora apresenta uma reflexão sobre a forma como os processos de violência-trauma-vitimização estão intimamente ligados aos sistemas de poder, e como se concretiza o processo de ocultação da realidade através das ideologias. São apresentados alguns exemplos da Argentina, discutidos a partir da hermenêutica psicossocial da violência de Martín-Baró, para se compreender quais as condições pré-traumáticas que permitem e autorizam o aparecimento de formas opressivas que se radicam nos corpos e nas comunidades. Zóttola explicita quais os recursos fornecidos pela psicologia sociocomunitária que permitem aos sujeitos sociais ações conscientes, que por sua vez, podem conduzir à transformação libertadora, para além dos simples queixumes ou lamentos.

O último artigo do número temático é da autoria de Maria León Molina, e intitula-se “Lazos de cooperación y poder entre mujeres que sufrieron violencia”. O artigo baseia-se num estudo etnográfico em profundidade de uma comunidade de acolhimento de mulheres vítimas de violência conjugal em Portugal. Molina optou por utilizar a observação participante nos espaços de comensalidade na comunidade, mostrando como, pela divisão desses espaços, se instituíam relações de poder simbólico e se estruturavam as lógicas e os processos de enfrentamento do trauma e de transição numa etapa das biografias das mulheres. Papel central assume no processo de enfrentamento e na superação psicológica e social da violência conjugal a relação complexa com a religião e os mitos fundadores de dominação patriarcal.

Na secção @cetera são apresentados os testemunhos dos representantes de associações de vítimas e de antigos combatentes que integraram o estudo comparativo entre Portugal e França no projeto de investigação TRAUMA. No caso francês, sobretudo no acidente industrial AZF da empresa TOTAL em Toulouse, França, de setembro de 2001, é de realçar a importância da participação das

associações de vítimas como partes integrantes do processo penal. A nível mais individual, a pertença a associações de vítimas permite um retomar da dignidade e o reconhecimento como pessoa e como cidadão e cidadã. O caso de Toulouse, e também das associações de antigos combatentes, mostra como a memória pode ser conflitual e como o trabalho sobre o passado exige um longo trabalho de conciliação e de consensualização mínima em torno de narrativas de grupo e da comunidade, em articulação com a institucionalização dos processos de indemnização e de reparação.

No caso português é de referir o papel central das associações na prestação de serviços e de apoio jurídico, num contexto de não integração plena das associações de vítimas nos processos judiciais e nos protocolos institucionais e oficiais.

José Manuel Mendes, Pedro Araújo e Ângela Maia

**JOSÉ MANUEL MENDES**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: [jomendes@fe.uc.pt](mailto:jomendes@fe.uc.pt)

**PEDRO ARAÚJO**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: [paraujo@ces.uc.pt](mailto:paraujo@ces.uc.pt)

**ÂNGELA MAIA**

Departamento de Psicologia Aplicada, Escola de Psicologia, Universidade do Minho  
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal  
Contacto: [angelam@psi.uminho.pt](mailto:angelam@psi.uminho.pt)